

XV CONDOC

XVI CONGRESSO DOS PETROLEIROS DE DUQUE DE CAXIAS



UNIR

A CATEGORIA PETROLEIRA

RECONQUISTAR DIREITOS | DEFENDER
A PETROBRÁS | DERROTAR O FASCISMO

Participe!

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS!

3 . AGOSTO . SÁB
9H . CEPE-CAXIAS

EDITORIAL

De forma inovadora, a direção do Sindipetro Caxias abriu um formulário para que a categoria enviasse propostas de resoluções, pautas e demandas para serem apreciadas no XVI CONDUC. Também podem ser enviadas teses e contribuições mais extensas através do email conduc@sindipetrocaxias.org.br

*Abaixo iremos publicar as **3 Teses e 32 Propostas** enviadas pela categoria. Respeitando o direito ao anonimato dos trabalhadores, retiramos a identificação do autor, mas pela data de envio é fácil o próprio reconhecê-la.*

A atual diretoria do Sindipetro Caxias preza pela democracia e pelo debate aberto sobre os rumos do movimento petroleiro para que a categoria presente possa definir qual caminho o Sindicato deve seguir durante o XVI CONDUC. Participe! Venha para o Congresso neste sábado no CEPE-CAXIAS, a partir das 9h e seja parte das decisões!

Boa leitura!

Diretoria Colegiada Sindipetro Caxias

GESTÃO REAGE PETROLEIRO | TRIÊNIO 2022-2025

SINDIPETRO  **CAXIAS**

Atualizado até 02/08/2024

TESE I | RESISTÊNCIA PETROLEIRA

ASSINAM: Marcello Bernardo, Thalles Leopoldo e Gustavo Maurilo

UNIÃO & RESISTÊNCIA

UNIR PARA RECONQUISTAR DIREITOS, DEFENDER A PETROBRÁS E DERROTAR O FASCISMO

GOVERNO LULA SOB CERCO: É PRECISO MUDAR A ESTRATÉGIA

A vitória de Lula em 2022 nos colocou em melhores condições para encarar a difícil situação de ataques que temos vivido desde o golpe que derrubou o governo Dilma. Entretanto, a força e resiliência da extrema-direita no Brasil e no mundo devem nos servir de alerta e nos fazer refletir sobre a estratégia que a esquerda e os movimentos sociais têm implementado nos últimos anos.

Os sinais são preocupantes. A possibilidade da vitória de Trump nos EUA liga um sinal de alerta aqui para o Brasil. O centrão comanda diversos ministérios do governo, mas se une frequentemente com a extrema direita no Congresso para impor derrotas a Lula nas votações. A mídia corporativa, vocalizando os interesses dos grandes capitalistas, embeleza Tarcísio de Freitas, o governador bolsonarista de SP. O mercado financeiro sobe o tom das críticas ao governo federal, exigindo mais aperto fiscal, mesmo com a tragédia climática no RS.

A extrema direita preserva enorme força política e intensifica os ataques ao governo, colocando-o na defensiva diversas vezes. A direita liberal, por sua vez, namora a ala supostamente “moderada” do fascis-

mo, de olho na corrida presidencial de 2026. A Faria Lima não quer nova vitória da esquerda daqui a dois anos. Já o bolsonarismo pretende voltar ao poder central em breve. A extrema direita e o grande capital, assim, vão costurando um acordo.

Nesse momento, há um movimento coordenado que visa desgastar o governo para prejudicar candidaturas ligadas a Lula nas eleições municipais. A possibilidade da esquerda vencer em São Paulo ocupa um lugar central nesse plano. Na capital paulista, o objetivo da extrema direita e da direita é um só: impedir a vitória de Guilherme Boulos, do PSOL. A disputa pelas prefeituras prepara a batalha nacional em 2026.

É NECESSÁRIO MUDANÇA DE LINHA POLÍTICA DO GOVERNO

A conjuntura atual é perigosa. Não é prudente minimizar os riscos. Se faz necessária uma reorientação do governo Lula para romper o cerco que o bolsonarismo está montando com a ajuda da direita liberal. Essa mudança também é relevante no curto prazo, tendo vista a importância das eleições municipais.

O centrão de Lira controla inúmeros ministérios e barganha bilhões de reais em emendas toda semana. Mas age, na maioria das vezes, como oposição a Lula, se unindo ao bolsonarismo nas votações.

A rigor, o centrão só vota com o governo nas pautas alinhadas com o mercado financeiro, como o Arca-bouço Fiscal e a Reforma Tributária, e, mesmo assim, cobra caro. Essa situação absurda tem que acabar. O centrão não pode ficar no governo sendo que atua, na prática, como oposição, em conluio com Bolsonaro para sabotar Lula.

A maioria da população trabalhadora não está percebendo mudança efetiva nas suas condições de vida, pois apesar da melhora dos índices de desemprego e aumento da renda do trabalho, a precarização das relações de trabalho e as ideologias neoliberais e da extrema-direita disputam a narrativa política.

O governo precisa entregar medidas econômicas e sociais mais robustas ao povo, incluindo os assalariados de renda média. O marco fiscal aprovado, feito para agradar a Faria Lima, serve como freio de mão para os investimentos sociais tão necessários.

Exemplo disso revelou-se na greve da educação federal. Os servidores estavam exigindo valorização salarial e da carreira, após muitos anos de arrocho. O governo atendeu, por exemplo, os pedidos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, a qual, recentemente, fez bloqueios nas estradas para impedir nordestinos de votar em Lula. Mas o Executivo se recusa a dar o mesmo

tratamento aos trabalhadores da educação, que estiveram na linha de frente contra Bolsonaro. Ou seja, ao invés de ceder à justa demanda dessa importante base social da esquerda, preferiu confrontá-la ao longo de três meses de greve, que arrancou avanços, mas ainda insuficientes frente ao desmonte dos últimos anos.

SEM MOBILIZAÇÃO SOCIAL À ESQUERDA, NÃO É POSSÍVEL AVANÇAR

Importa ressaltar que é impossível Lula romper com o centrão de Lira, que faz o governo refém no Congresso, e adotar uma ousada política econômica de investimentos sociais sem se apoiar na mobilização da sua base de apoio. É preciso suporte popular ativo para enfrentar a extrema direita e o poder dos banqueiros e do agronegócio. A governabilidade precisa ser construída, sobretudo, de baixo para cima, com luta política e ideológica e ampla mobilização social.

O fato é que a linha da conciliação a todo custo, a busca pela governabilidade amparada somente nos acordos por cima, a opção pela desmobilização social e a tentativa de agradar a grande burguesia com o marco fiscal, enfim, a estratégia de governo “a frio” que vigora, não está funcionando. O centrão trai, a burguesia liberal ataca e a extrema direita vai à ofensiva política. O ato de 1º de maio esvaziado virou prato cheio para a oposição. E tudo pode piorar, se não houver mudança de rumo.

Ainda há tempo de Lula mudar a linha geral do governo. Os partidos de esquerda, os movimentos sociais e os sindicatos precisam pressionar nesse sentido, à esquerda.

FRENTE DE ESQUERDA PARA DERROTAR A EXTREMA-DIREITA E A DIREITA NAS ELEIÇÕES

O bolsonarismo tem como objetivo eleger mais de mil prefeitos. Os partidos do centrão farão alianças com a extrema direita na maioria dos municípios. A esquerda, por seu turno, pretende se fortalecer no país, disputando capitais e cidades muito importantes. O resultado geral dessa duríssima luta eleitoral terá impacto direto na disputa presidencial em 2026, bem como para o Congresso Nacional e os governos estaduais.

Trata-se da batalha política mais importante do ano. A união das esquerdas (PSOL, PT, PCdoB) para enfrentar o bolsonarismo e a direita nas eleições é fundamental. Junto com essa unidade, tem grande valor a apresentação de um programa voltado às necessidades mais sentidas pelo povo trabalhador e oprimido em cada município, destacando também a pauta ambiental em tempo de catástrofes climáticas. Os sindicatos precisam ser parte da disputa ideológica contra a extrema direita. Fortalecer as ideias de esquerda e anticapitalistas também muita importância. A batalha será árdua, mas a vitória é possível. À luta!

*

||

A PETROBRÁS PODE E PRECISA DE MAIS

Na Petrobrás, a disputa política contra a extrema-direita e o lavajatismo segue presente, em todos os espaços. A gestão Jean Paul Prates, apesar de ter iniciado uma mudança importante na estratégia entreguista que vigora na Petrobrás desde o golpe, não

avançou em vários terrenos, para os trabalhadores e para o país.

Também se inicia um processo de recompra de parte da RLAM, mas em parceria com o fundo Mubadala que está sendo investigado no escândalo das joias de Bolsonaro. Este modelo de negócios, que se repete na estratégia de afretamento das plataformas ou em parcerias com eólicas, é prejudicial para a retomada do caráter vertical da empresa. É preciso reposicionar a Petrobrás como uma empresa integrada de energia, que lidere a transição energética justa e soberana de forma emergencial.

Entretanto, Jean optou por não se enfrentar frontalmente com os gestores que implementaram aquelas políticas, mantendo liberais e bolsonaristas em postos chaves da empresa, o que tem gerado indignação na categoria que esperava mais. Infelizmente não conseguimos durante a sua gestão avançar na maior parte dos temas mais sensíveis para a categoria, como a reestatização das unidades vendidas, o fim dos planos de equacionamento da Petros e a reversão dos ataques à AMS. Tampouco houve uma reestruturação suficiente para fazer avançar os investimentos em transição energética, a retomada da indústria naval, assim como o incentivo ao conteúdo local.

No tema da política de preços, questão fundamental para o diálogo do governo com a população, o fim do PPI foi fundamental, mas não significou uma mudança qualitativa na precificação de diversos derivados. A redução é evidente, mas também responde à queda do Brent. É preciso uma política mais agressiva de redução da distribuição de dividendos e de controle de preços dos derivados para impulsionar a economia brasileira.

GESTÃO MAGDA PRECISA REVER POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO COM BOLSONARISTAS

A Petrobrás é peça chave para o governo Lula transformar o país e a indústria nacional. O processo de reprimarização da economia nacional e a desindustrialização precisa parar. É preciso que a Petrobrás seja a ponta de lança no investimento em tecnologia e na indústria nacional. O governo Lula precisa retomar o investimento no CENPES. Sem mudanças mais estruturais na relação da Petrobrás com o mercado, seguiremos na mão do centrão e sob a ameaça da extrema-direita. A Petrobrás tem poderio para influenciar diretamente na geração de empregos e renda no país, o que pode ser fundamental para arrebentar os 30% de apoio que Bolsonaro segue tendo, em especial na faixa de renda entre 2 a 5 salários mínimos.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E SOBERANA É URGENTE

A indústria do petróleo tem uma importância central para o maior problema que a humanidade tem para enfrentar: o aquecimento global e a emergência climática. Mais que isso, a Petrobrás pode cumprir um papel de destaque neste processo, caso tome com mais centralidade este tema.

A estatal foi pioneira no descobrimento de petróleo no Brasil e no início da Exploração e Produção. Em seguida protagonizou o desenvolvimento da indústria do refino em um país dependente, impulsionando a industrialização do país. Desenvolveu um corpo técnico e científico que fez da Petrobrás uma das mais importantes empresas de energia do mundo, e não só de óleo e gás, em termos de tecnologia. Foi até as águas profundas descobrir o Pré-Sal

e desenvolver tecnologias únicas no mundo para sua exploração. Agora não há nova fronteira mais importante e desafiadora do que transformar a matriz energética do país desenvolvendo tecnologias e propondo transformações urgentes e inovadoras para o mundo na mudança global da relação da economia com os combustíveis fósseis.

Defender uma transição energética justa, envolve garantir neste necessário enfrentamento a garantia dos empregos dos trabalhadores envolvidos na cadeia da indústria do petróleo, assim como a qualidade destes, o bem estar das populações envolvidas no processo, e garantindo energias sustentáveis e de qualidade para toda a população.

Mas também é preciso defender que a transição energética que precisamos tem de ser soberana. Não interessa ao povo brasileiro que este processo seja em detrimento da soberania estatal da Petrobrás sobre os recursos energéticos do país. Mais que isso, não é possível para um país dependente como o nosso a promoção da transição energética justa e soberana sem o protagonismo da Petrobrás.

O papel social da nossa empresa precisa ser reforçado, combatendo o abusivo envio de dividendos para os acionistas para que haja mais investimento em tecnologia e na transformação da indústria do petróleo brasileira. A Petrobrás pode e deve estar à frente do desenvolvimento e exportação de tecnologias renováveis para todo o mundo.

Para isso, os petroleiros precisarão, mais uma vez, colocar-se à frente da luta por estas transformações. É hora de levantar nossa guarda e lutar para que nossa empresa seja novamente protagonista. A emergência climática começou

a atingir, e o fará cada dia mais, os próprios petroleiros, como vimos com os companheiros da REFAP no RS. É hora de sermos parte da defesa do meio ambiente e da soberania nacional.

MARGEM EQUATORIAL PRECISA SER NOSSA, MAS PRECISA ESTAR A SERVIÇO DA TRANSIÇÃO

Um debate fundamental vem pautando o governo Lula e a sociedade. Enquanto o Ibama e a ministra Marina Silva ponderam os limites ambientais para a exploração desta nova fronteira de exploração, o Lula e a maior parte do governo corretamente entendem a importância da Petrobrás confirmar a existência de óleo na bacia da Foz do Rio Amazonas.

Não compactuamos com o discurso negacionista energético, que ignora o lugar do Brasil como uma economia dependente, que tem responsabilidades diferentes na transição energética em relação aos países imperialistas. O Brasil precisa garantir a sua soberania energética durante a transição, enquanto o petróleo ainda cumprir papel relevante na matriz energética global.

Ao mesmo tempo, não podemos compactuar com um discurso que admite a existência do aquecimento global, mas fecha os olhos para o negacionismo climático em nome de um progresso neoliberal. Não temos mais tempo. É preciso que viremos com toda força o leme no sentido da transição energética. A cada ano que passa, a situação piora exponencialmente, com os mais pobres e vulneráveis como as principais vítimas. E a Petrobrás é fundamental neste sentido.

Em primeiro lugar, a Petrobrás e o presidente Lula precisam respeitar os técnicos do Ibama, que resistiram ao negacionismo e ao

desmatamento em duros anos, que não se acabaram, infelizmente. É preciso cumprir rigorosamente todas as exigências técnicas do Ibama, com segurança e sustentabilidade. Questionar a ação técnica destes servidores é negacionismo.

No caso das autorizações serem emitidas pelo Ibama, é preciso construir formas para que não cometamos o mesmo erro do Pré-Sal. Precisamos tratar a região como área estratégica, com exploração exclusiva da Petrobrás, sem modelo de concessões ou partilha, e condicionando a renda desta nova margem para investir de forma pesada na transição energética, na infraestrutura social da região e na reindustrialização do país.

*

III

ACT E DIREITOS

ACT 2023: CONTINUAR A LUTA PELA RECONQUISTA DE DIREITOS

No último ACT, houve uma inversão na dinâmica de ataques aos trabalhadores que vigorava desde o golpe.

Não ocorreu qualquer diminuição de direitos no acordo assinado. Alguns direitos foram, mesmo que timidamente, reconquistados:

- ▶ Aumento real de salário (1%);
- ▶ Melhorias na A.M.S.: PASA, Índice de reajuste menor, perdão de dívida maior que 5 anos, postos fixos de atendimento, subsídio parcial de academias para aposentados e Transpetro, dentre outros;
- ▶ Combinar férias com folga, em ao menos um período;
- ▶ Zerou saldo AF e compensação negativos;

- ▶ Extra Turno voltou a 100%
- ▶ Banco de Horas menos ruim

E conseguimos avançar em algumas conquistas importantes, dentre outros:

- ▶ Licença maternidade mãe não gestante
- ▶ Licença paternidade de 30 dias
- ▶ Melhoria no auxílio ensino:
- ▶ Abono dos dias 24 e 31/12, e quarta feira de cinza de 2024 e 2025 para o horário administrativo
- ▶ Abono de quatro dias por ano para levar o filho no médico e emergências médicas para o horário administrativo
- ▶ Auxílio cuidador para pcd - 1 salário-mínimo nacional
- ▶ Auxílio acompanhante até 36 meses para todos

PÓS – ACT:

Com o ACT assinado, e com o impacto no dia a dia da categoria, podemos começar a perceber o que o ACT tinha de bom. Mas também os assuntos que ficaram para serem negociados após a assinatura do ACT.

A principal pendência era a revogação da CGPAR que limitava nossos direitos. A resolução caiu em abril, após muitos atos e mobilizações, e em julho podemos perceber os impactos com a melhoria da relação de custeio da A.M.S. (70x30) e o retorno do HETT para 100%.

Começamos, ou foram retomadas, as negociações sobre o SALDO AF, Parada de Manutenção, Diversidade e Assédio, PLR, Anistia e SMS. As negociações sobre o Plano de Cargos (PCAC e PCR) começaram agora no mês de julho.

O que podíamos ter feito diferente para conquistarmos mais?

Principalmente a necessária

união da categoria petroleira, através dos seus sindicatos e federações. O Sindipetro Caxias propôs as duas federações que tivéssemos: pauta única, mesa única, fórum unitário dos sindicatos e um congresso unitário da categoria.

A FNP chegou a aprovar em seu congresso estas propostas.

A FUP aprovou algumas iniciativas unitárias, mas se recusou a aprovar a proposta de mesa única de negociação.

FUP e FNP precisam colocar os acordos acima das diferenças, em prol da categoria petroleira.

É necessário seguir o exemplo da luta contra os equacionamentos, em que todas as entidades unidas, incluindo FUP e FNP, resistem a aceitar as propostas que não resolvem os problemas da Petros. Organizaram um acampamento e agora conseguiram a inclusão do governo nas negociações.

REUNIFICAR AS FEDERAÇÕES PARA RECONQUISTAR DIREITOS, DEFENDER A PETROBRÁS E DERROTAR O FASCISMO!

Nossa categoria enfrentou duros anos de retirada de direitos e desmonte da Petrobrás. Neste período, ficou nítido para todos os petroleiros e petroleiras o quanto a nossa divisão precisou ser enfrentada para que a nossa luta de resistência pudesse ser vitoriosa.

Uma nova geração de dirigentes sindicais, que não participou da divisão da categoria em duas federações, hoje é parte da liderança de quase todos os Sindipetros do país. Longe de se eximir das responsabilidades da geração anterior, ou mesmo de jogar para debaixo do tapete as diversas diferenças que seguirão existindo inevitavelmente, uma nova geração de petroleiros e petroleiras encaram a reunificação da categoria como uma

necessidade cada vez mais urgente.

O PRESENTE É PERIGOSO E O FUTURO INCERTO: PRECISAMOS DE UNIÃO

É preciso ser realista: o resultado das eleições de 2026 está em aberto, e não podemos correr o risco de enfrentar um novo governo bolsonarista divididos em duas federações. Já vimos este filme antes.

Mas mesmo hoje, no atual governo Lula, a união da categoria é fundamental. Além da ameaça bolsonarista seguir, a Petrobrás está sendo disputada por todos os lados. Gestores bolsonaristas, a pressão da mídia liberal e do mercado contra políticas estatizantes na Petrobrás, o centrão, atuam em diferentes intensidades e de distintas formas contra o programa eleito em 2022. Nossa união é pré-requisito para termos força para impor as agendas dos trabalhadores.

UNIDADE EM DEFESA DA PETROS APONTA O CAMINHO

Se a divisão foi motivada 18 anos atrás por divergências em relação ao tema da Petros no debate sobre a repactuação no PPSP, hoje nossa união é impulsionada pela luta em defesa da Petros. Estamos diante de um enfrentamento determinante para o futuro do nosso fundo de pensão a partir da instauração do GT Petros.

As formas de respeito mútuo entre as federações e associações, colocando o interesse da categoria, em especial nossos aposentados, aposentadas e pensionistas, à frente das divergências entre nós, são o espírito necessário para uma unificação de nossas federações.

CONSTRUIR UM MOVIMENTO NACIONAL PELA UNIFICAÇÃO DAS FEDERAÇÕES

É preciso dar passos no sentido da reunificação. O Sindipetro Caxias realizou um plebiscito com ampla participação da base, onde mais de 70% da categoria votou a favor da reunificação das federações. Foi aprovado, no Seminário de Planejamento da FUP em fevereiro deste ano, que pela primeira vez um debate sobre a reunificação das federações será realizado na PLENAFUP. Cresce em cada base a vontade da unificação das federações.

Neste sentido, entendemos necessário darmos um passo consciente nesta direção. É preciso neste CONDUC, apontar para o movimento petroleiro a necessidade da conformação de um Movimento Nacional Pela Unificação das Federações, com um programa de independência do movimento sindical petroleiro em relação à gestão da Petrobrás e o governo, mas sem ceder às pressões daqueles que querem fazer oposição ao governo Lula. Este movimento deverá atuar pela construção do debate nacional pela reunificação das federações, apontando caminhos e construindo sínteses rumo a uma nova federação unitária da categoria petroleira.

* * *

PROPOSTAS AO CONDUC: CONJUNTURA:

O Sindipetro Caxias deve ter total independência política em relação ao governo Lula e à gestão da Petrobrás, defendendo as pautas da categoria. O Sindicato deve defender também que a mobilização do povo brasileiro é a melhor forma de combater a influência da extrema direita neofascista no país. Para Lula combater a influência da oposição Bolsonarista, deve se apoiar na mobilização popular e não ceder às pressões da

direita neoliberal, aplicando o programa que o fez vencedor nas eleições e atendendo às expectativas dos mais de 59 milhões de trabalhadores que o elegeram presidente. Devemos exigir que os crimes praticados pela extrema direita sejam punidos, assim como exigir a saída dos gestores bolsonaristas da Petrobrás. Fora Bolsonaristas da Petrobrás! Sem Anistia!

O Sindipetro Caxias deve apoiar as medidas progressivas do governo Lula e da nova gestão da Petrobrás que venham no sentido dos interesses dos petroleiros e do povo brasileiro, sempre exigindo mais avanços, mas também combatendo todas as medidas do governo que sejam contra os interesses dos trabalhadores e povo brasileiro. A exemplo do fim do PPI, devemos valorizar a medida, mas também apontar a necessidade do “abrasileiramento” de fato dos preços, a partir de um critério baseado nos custos de produção e exploração da Petrobrás.

O Sindipetro Caxias não poderá defender a derrubada do Governo Lula, como fizeram setores da esquerda que defenderam o Fora Dilma, o Fora Todos. E que contribuíram com o Golpe contra a Dilma em 2016.

MOVIMENTO PETROLEIRO

- ▶ Pauta única, mesa única, fórum unitário dos sindicatos e um congresso unitário da categoria;
- ▶ Criar um movimento nacional pela unificação das federações;
- ▶ Este movimento deverá atuar pela construção do debate nacional pela reunificação das federações, apontando caminhos e construindo sínteses rumo a uma nova federação unitária da categoria petroleira: de luta, independente e democrática;
- ▶ Defender que a negociação do Plano de Cargos seja feita em mesa única, com pauta única;

- ▶ Que todos os GTs constituídos com as empresas sejam compostos por representações unificadas entre FNP e FUP;
- ▶ Coerente com a bandeira da reunificação das federações, o CONDUC autoriza a direção do Sindipetro Caxias participar como observador, quando for convidado, dos fóruns da FNP.

PAUTAS DA CATEGORIA:

- ▶ Luta em Defesa dos Novos Empregados: APT, condições de trabalho, localização profissional, etc;
- ▶ Área perigosa, periculosidade já;
- ▶ Continuar a luta pelo fim do Saldo AF;
- ▶ Contra a mudança do PHT: Parada e deslocados do turno para o H.A.. Mudança de horário do H.A. a revelia e sem acordo;
- ▶ PLANO DE CARGOS: Unificação em novo plano;
- ▶ Pela construção de plano de lutas;
- ▶ Pelo regime de turno na Manutenção e Inspeção da REDUC;
- ▶ Pela nossa proposta de Adicional de Dutos, que inclui a Inspeção e o SMS;
- ▶ PLR justa e linear;
- ▶ Pelo Regramento do Teletrabalho;
- ▶ Contra o equacionamento do PPSP;
- ▶ Transferidos: Pela garantia dos trabalhadores voltarem para seus estados de origem;
- ▶ Com a Reestatização da RLAM, priorizar o retorno dos trabalhadores que foram transferidos;
- ▶ Recomposição do efetivo e fim do O&M;
- ▶ Aprovação da campanha sobre Segurança e Saúde do trabalhador. Começando por uma pesquisa/enquete que faça o levantamento junto a categoria, ativa e aposentada, dos histórico e das condições de trabalho. ■

TESE 2 | PETROLEIROS SOCIALISTAS

PETROLEIROS SOCIALISTAS

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E UNIDADE PARA LUTAR POR MAIS DIREITOS E EM DEFESA DA PETROBRAS

Todos concordamos com a necessidade da “unidade”. Mas os entendimentos do que é unidade, podem ser muito diferentes. Para nós, unidade é uma ferramenta para organizar a categoria para a luta, em torno das suas bandeiras. Não serve a unidade se for para paralisar, enrolar e desmobilizar os trabalhadores.

A unidade deve ser construída em torno das pautas e de um programa voltado aos interesses da classe trabalhadora, não pode ser em torno da defesa incondicional do programa do governo de frente ampla, que aplica o arcabouço fiscal, corta verbas da saúde e educação, mantém as reformas da previdência e trabalhista de Temer e Bolsonaro, está entregando os hospitais federais do RJ às famigeradas OS's (que administram a saúde pública do município do RJ), que volta a discutir a reforma administrativa e etc. Além é claro, de seguir administrando a Petrobrás voltada para os lucros dos grandes acionistas privados. Aqui não estamos discutindo sobre o que cada trabalhador, individualmente, acha sobre o governo, se trata do fato de que o governo é nosso patrão e os sindicatos devem ter total independência em relação aos patrões e à direção da empresa. Derrotar a extrema direita segue sendo uma das principais tarefas dos trabalhadores, justamente por isso, que devemos ter total independência ao governo, pois hoje, são eles quem, em larga medida, aplicam reformas que atacam os

trabalhadores, criando assim, um terreno fértil para a extrema-direita iludir os trabalhadores com um discurso centrado no moralismo mentiroso e num liberalismo econômico que nunca existiu.

Outra questão importante, é que devemos sim, buscar articular as direções dos sindicatos e federações e buscar ao máximo construir pautas e movimentos unitários. Mas esta unidade deve envolver o conjunto da categoria nas discussões e nas decisões. Deve ser construída pela base da categoria, e não apenas em reuniões de cúpula sindical que em muitas ocasiões serviram apenas para enrolar os trabalhadores

Foi esse o caso quando a FUP traiu a categoria ao defender a repactuação do Plano Petros, foi contra a isonomia dos novos, ou quando desmontou diversas lutas em defesa do nosso ACT, não havia possibilidade de unidade. Foi necessário denunciar esta postura para a categoria e lutar contra isso. Assim como foi muito importante construir greves conjuntas, mas quando a FUP se aliou às gerências para desmontar as greves ou quando tentou impedir a categoria de lutar, o debate e a crítica públicas foram fundamentais. É notável que a FUP nos últimos anos, adotou uma postura de total atrelamento ao governo e a direção da empresa, inclusive utilizando o movimento petroleiro para barganhar cargos na alta gestão da empresa. Não é dessa maneira que vamos

construir uma unidade!

Por outro lado, foi muito positivo termos construído Encontros de Mulheres conjunto, entre FUP e FNP, os atos unitários de toda a categoria contra os PED's assassinos em frente ao EDSN. É essa unidade que queremos! Uma unidade que amplifique a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores!

O DEBATE SOBRE A UNIFICAÇÃO DAS FEDERAÇÕES

No último período o Sindipetro Caxias realizou um plebiscito sobre as federações, em que havia 03 possibilidades de resposta: FUP, FNP e Unificação. Entretanto, o setor majoritário da direção do Sindipetro Caxias optou, conscientemente, por fazer um debate corrido, sem dar tempo para discussão dos verdadeiros motivos do porquê hoje temos duas federações e muito menos, apontar os desafios a serem superados para a construção de uma ferramenta que unifique as lutas dos petroleiros nacionalmente. O debate foi tão corrido e mal feito, que muita gente achava que se tratava de um plebiscito nacional, e que a unificação das federações só dependia do resultado desse plebiscito.

Durante o tal plebiscito também não foi possível debater sobre que tipo de federação unitária queremos: se nos moldes da FUP (Federação que defende abertamente a conciliação com o padrão) ou da FNP (Que é fundada justamente

para unificar os trabalhadores que não acreditam na conciliação como forma de luta). E como seria essa unificação, com um acordo de cúpula se submetendo ao atrelamento da FUP (e da futura entidade) ao governo e à direção da empresa; ou com delegados eleitos democraticamente, em assembleias de base, com um debate de programa, concepção e forma de funcionamento etc.?

E ainda, hoje temos duas federações, a federação “unitária” ainda não existe. Onde o nosso sindicato deve estar até lá? Acho que os camaradas do setor majoritário, dirigido pela Resistência (partido do presidente do sindicato) deveriam ser claros e dizer onde o Sindipetro Caxias deve estar para fortalecer a luta dos petroleiros e construir as condições concretas para a unificação da categoria. Nós somos bem claros, defendemos que deve estar na FNP!

Propostas para unificação da categoria

- ▶ Unidade para lutar – Pauta unitária da Categoria; Mesa Única de negociação nos ACT's e nos GT's; Comando único nacional pela base.
- ▶ Para unificação das Federações:
 - ▶ Eleição de delegados pela base, respeitando a representatividade e a proporcionalidade.
 - ▶ Democracia nas deliberações
 - ▶ Independência dos patrões
 - ▶ Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos
 - ▶ Assembleia Nacional para avaliação dos ACT's, com a soma de votos de todas as bases, com um resultado único e todos os sindicatos assinando ou não no mesmo dia, após o resultado.
 - ▶ Força da mobilização como

critério para avançar ou recuar e não acordos com a empresa.

UNIDADE DENTRO DO SINDIPETRO CAXIAS

A atual direção do nosso sindicato se formou a partir da necessidade de superar a antiga direção, que a muitos anos atuava se apoiando na gestão da empresa e no governo. Foram diversos os exemplos de esgotamento político dessa antiga direção, desde o apoio a medidas da empresa, como a repactuação da Petros, até o desmonte da greve de 2015 (contra o primeiro plano de desinvestimentos de Dilma e Beldine), que contou com o apoio e o voto dos gerentes nas assembleias na REDUC. Também nos governos Temer e Bolsonaro, se eximiu da luta contra o banco de horas, a privatização da AMS (criação da APS) etc. Nos governos do PT, não poderia lutar, pois diziam que seria o nosso governo, nos governos Temer e Bolsonaro, não poderia lutar, pois diziam que teria que esperar “um governo com melhor correlação de forças”. E no final, perdemos sem lutar, ou na melhor das hipóteses, lutando contra a sabotagem da nossa luta.

Nas eleições sindicais de 2022, a categoria apostou na nova direção, que possuía muitas diferenças, mas que tinha um acordo bastante importante, um projeto de sindicalismo próximo da base, de independência política, classista e democrático.

Os sindicatos, diferente dos partidos políticos, são entidades de frente únicas de um setor da classe trabalhadora, no nosso caso, dos petroleiros. Isso significa que deve comportar as diferentes organizações políticas e linhas de pensamento da categoria. Na direção do Sindipetro Caxias e na base, existem

várias organizações diferentes e essa diversidade política deve ser respeitada, para manter esta unidade da categoria na organização da sua luta. E é justamente a partir do debate amplo e democrático dessas diferenças, que podemos encontrar o melhor caminho para as nossas lutas.

Os sindicatos devem ser independentes dos partidos políticos. Isso não impede que os diretores do sindicato sejam militantes de partidos, nem que apresentem o ponto de vista político de suas organizações. Mas significa que o sindicato não deve ser aparelhado pelo partido. Em primeiro lugar, porque não pertence ao partido e sim à categoria a que representa, seu objetivo é organizar a luta dos trabalhadores (que têm diversas linhas de pensamento) e não implementar o projeto político e/ou eleitoral de determinado partido. Em segundo, porque rompe seu caráter de Frente Única, debilitando a força do próprio sindicato.

Estamos apresentando esse debate sobre a frente única e a independência política do sindicato, porque nosso sindicato já sofreu muito no passado, por não respeitar esses princípios e começa a sofrer novamente do mesmo mal. A partir do momento em que uma parte da direção do sindicato (aproximadamente 1/3), discordou da forma como o sindicato estava atuando e começou a fazer o debate com os trabalhadores (mais a frente falaremos melhor sobre essas diferenças), o setor majoritário, dirigido pela Resistência (partido do presidente do sindicato), desatou uma verdadeira perseguição e boicote a esses diretores.

O primeiro momento em que se desencadeou essa perseguição de forma mais acentuada, foi a partir da campanha do ACT de 2023,

em que uma parte da direção fez o debate da necessidade de rejeitar a proposta naquele momento, pois, de fato ainda não tínhamos feito nenhuma grande mobilização até então, naquele ACT. Um debate que foi muito importante, até mesmo para as lutas que se seguiram após o ACT.

O segundo momento, em que se intensificou as perseguições foi na ocasião da eleição do Sindipetro RJ, em 05/24, em que se apresentaram duas chapas. O Sindicato aprovou apoio à chapa 2 e destinou muitos recursos para essa chapa, que foi derrotada no pleito. O setor majoritário se utilizou de revanchismo para atacar os diretores que tinham mais simpatia pela chapa que foi vitoriosa, atuou inclusive, contra alguns diretores que não apoiaram nenhuma das chapas. Agiram dessa forma, pois a chapa derrotada representava o seu projeto político partidário, misturando completamente partido e sindicato. Nesse momento começaram a dificultar ainda mais a atuação de vários diretores, um exemplo é retirar a liberação do único diretor liberado, que discordava da postura do setor majoritário do sindicato, para tentar impedir que este conversasse com a base.

Os companheiros, de forma bastante contraditória, fazem um debate de unificação das federações, mas ao mesmo tempo promovem uma verdadeira perseguição a um terço da direção do sindicato, rompendo com os princípios da frente única e subordinando o sindicato a interesses do seu partido! E para piorar, utilizam métodos perseguição e intimidação impedindo que outros diretores que venham a discordar, se posicionem, pois seriam potenciais alvos de perseguições. Sem contar que desrespeitam o voto da categoria, que votou na chapa, composta

por vários diretores. Inclusive, por encaminhamento do presidente do sindicato, foi definido, que somente alguns diretores podem levar demandas para os gerentes da empresa, se isso já não bastasse, todos os nomes definidos por ele são de diretores que votaram com ele nessa deliberação, algo nunca visto no movimento sindical de luta!

Com a ação persecutória o setor majoritário, contra uma parte da direção sindical, quem perde é o próprio sindicato e a categoria. Desafiamos os companheiros a reestabelecer um funcionamento unitário e democrático da direção sindical respeitando as diferenças e levando os principais debates para a categoria definir.

► Todos os diretores devem ter acesso às estruturas do sindicato.

► Os boletins do sindicato devem refletir a diversidade política da categoria, inclusive abrindo espaços para os trabalhadores escreverem e assinarem seus textos!

► Precisamos abrir um debate público, sob a forma como o sindicato se estrutura. Se os companheiros defendem que a estrutura deva seguir sendo presidencialista devem se colocar publicamente!

► Construção e fortalecimento dos comitês de base dos trabalhadores.

INDEPENDÊNCIA DE VERDADE

O Sindipetro-Caxias tem uma história de anos de luta, foi marcado pela sua combatividade e independência diante de governos e patrões, durante a ditadura e após a redemocratização. Cumpriu um papel muito importante durante a greve de 95, contra a privatização da Petrobrás, sob o governo do PSDB. Foi somente sob os primeiros governos do PT(2003), que o nosso

sindicato renunciou à sua independência política e de classe e junto com a FUP, subordinou o movimento dos petroleiros aos seus interesses políticos eleitoreiros, abrindo mão de direitos dos trabalhadores. E mesmo sob o governo Bolsonaro, priorizou as negociações de bastidores, em detrimento da organização e Luta da categoria.

No ano de 2022, a categoria votou em massa na chapa de oposição, para resgatar o sindicato para a luta e para a independência de classe. Não podemos retroceder nessa grande vitória da nossa categoria!

SIM, ESTE TEMA ESTÁ EM DEBATE!

O setor majoritário da direção do nosso sindicato tem afirmado que todos concordamos com a defesa da independência e, portanto, este tema não estaria “em debate”. Nós, pelo contrário, acreditamos ser fundamental fazer este debate, pois a política deste setor tende a desviar nosso sindicato da independência de classe.

Vejamos:

Tem defendido que o programa da Frente Ampla estaria “a serviço do povo” e que o nosso papel seria “mobilizar os trabalhadores para apoiar o governo” na aplicação deste programa.

A orientação política para o sindicato partiria não da defesa intransigente da pauta da categoria e da independência dos patrões, mas da mobilização em defesa do governo (e da gestão) contra uma “direita”, indeterminada, até porque Alckmin, Múcio e Waguinho e até mesmo Silvio Costa Filho (do Republicanos, partido de Tarcísio de Freitas), são governo. Claro que, frente a uma tentativa golpe em andamento, não há dúvidas que o papel do sindicato seria defender a manutenção do

governo eleito, como foi o exemplo da mobilização unitária do Sindipeetro Caxias, com outros sindipetros e movimentos sociais, no dia 09/01/23, quando havia ameaça de ocupação da REDUC por parte dos bolsonaristas golpistas. Entretanto, transformar um inimigo real em uma ameaça abstrata permanente, para blindar o governo e silenciar críticas e exigências, é um grande desserviço aos trabalhadores.

Fazer apologia das mínimas medidas “progressivas” e relativizar, passar pano ou colocar para debaixo do tapete as “impopulares”; agitar uma narrativa desproporcional aos fatos para “esperançar” o trabalhador de que o governo está “dando” direitos - estas são práticas típicas do atrelamento disfarçado e não devem ser adotadas.

As refinarias e a TBG terem saído do rol dos desinvestimentos e a reabertura da FAFEN Araucária são medidas importantes. Entretanto a Pbio segue no programa de privatizações, assim como os leilões do pré-Sal seguem firmes. Não existe sequer perspectivas para a retomada dos ativos desinvestidos, muito menos perspectiva de reestatização da TAG, NTS ou BR Distribuidora. A Petrobrás segue orientada para enviar dividendos bilionários aos acionistas privados, enquanto a população mais pobre, segue sem condições de pagar pelo gás de cozinha.

Ninguém está propondo que o CONDUC vote ser “oposição ao governo”. Seria um erro pois, apesar de já ter passado mais de um ano de governo, grande parte da categoria ainda tem grande expectativa nele. Com Bolsonaro a ampla maioria da categoria tinha claro que era um governo contra os trabalhadores e sua organização e por isso não apenas fomos oposição, como lutamos

pelo “Fora Bolsonaro”. O que temos que fazer nesse momento é traduzir toda a expectativa da categoria em pautas, bandeiras e plano de ação. Não é nem um pouco razoável, fazer uma caricatura dos setores que são oposição de esquerda e mantêm uma postura classista, taxando de “oposição incondicional, sistemática, raivosa, irresponsável e que nega oportunidades de diálogo”, criando uma cortina de fumaça para uma política que leva o movimento sindical a um apoio “não assumido” ao governo e à gestão da empresa.

POR UMA PETROBRÁS 100% ESTATAL E SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

A Petrobrás é uma das empresas de petróleo mais lucrativas do mundo, sendo a que apresenta a maior taxa de lucro entre as empresas de petróleo de capital aberto. Também é uma das empresas com a maior taxa de dividendos pagos aos acionistas, mesmo que tenha reduzido um pouco em relação ao período do governo Bolsonaro. Somente em 2023, teve um lucro líquido de 124,6 bilhões de reais e um total de 94,3 bilhões de reais, foram pagos em dividendos, para os acionistas. Em contrapartida, é uma das que pagam menos impostos. E ainda vale lembrar, que mais de 60% dos dividendos vão para os acionistas privados.

Por mais que as refinarias e a TBG tenham saído do rol dos desinvestimentos e que FAFEN Araucária seja reaberta. A Pbio segue no programa de privatizações, assim como os leilões do pré-Sal seguem firmes. Não existe sequer perspectivas para a retomada dos ativos desinvestidos, muito menos perspectiva de reestatização da TAG, NTS ou BR Distribuidora. A Petrobrás segue

orientada para enviar dividendos bilionários aos acionistas privados, enquanto a população mais pobre, segue sem condições de pagar pelo gás de cozinha.

Ao seguir no modelo voltado a produção de lucro e dividendos para os acionistas privados, a empresa deixa investir em energias renováveis, pois a prioridade é extrair e vender petróleo bruto, que é garantia de lucro rápido. Apenas 11% do seu orçamento de investimentos, é destinado a operações de baixo carbono e o percentual destinado às pesquisas e desenvolvimento e instalações de energias renováveis é ainda menor.

▶ Pelo retorno das operações pela Petrobras das Fafens Ba e Sergipe.

▶ Reestatização da RLAM com retorno dos transferidos

▶ É necessário lutar por um investimento sério em energias renováveis; pela volta do monopólio estatal do petróleo; pela reestatização da BR Distribuidora, TAG, NTS, Liquigás e de todos os ativos que foram entregues ao capital privado.

▶ A presidência e direção da Petrobrás não podem ser balcão de negócios dos governos de plantão, devem ser eleitos pelos trabalhadores. E qualquer política da estatal deve ser amplamente debatidas e aprovadas pelos trabalhadores, antes da implementação. Os petroleiros, que a constroem com seu trabalho, é que devem decidir.

▶ A Petrobrás deve ser utilizada para melhorar a qualidade de vida população trabalhadora. Por isso além de organizar os petroleiros, para fortalecer a luta em sua defesa, é necessário disputar a consciência dos demais trabalhadores e trazê-los para a nossa trincheira.

MOBILIZAR OS PETROLEIROS POR UM NOVO PLANO DE CARREIRA QUE CORRIJA AS INJUSTIÇAS

Neste mês de agosto se inicia o GT de Plano de Cargos e Salários, em que as federações vão debater com a empresa um novo plano de carreira, neste sentido reivindicamos as premissas apresentadas pela FNP ao RH da empresa:

▶ “Que o debate seja integrado e com a participação de representantes de todas as subsidiárias do Sistema Petrobras.

▶ Que existam premissas claras e objetivas.

▶ Que o plano apresente reparação às injustiças cometidas ao longo da vida laboral do trabalhador, sobretudo aquelas decorrentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR).

▶ E que se resolvam os conflitos entre os dois planos: Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC) e PCR.”

Para além das premissas, é fundamental destacar, que nada vem de boa vontade da empresa, será necessária muita luta conquistarmos um plano de carreira que atenda às expectativas e as necessidades da categoria petroleira, e o nosso sindicato deve estar na linha de frente das mobilizações.

ABRAÇAR A LUTA DOS NOVOS TRABALHADORES DA REDUC E TECAM

Recentemente recebemos novos trabalhadores, contratados a partir dos últimos concurso, entretanto esses trabalhadores já entraram sob ataque da empresa. Os trabalhadores têm entrado com o nível mais baixo na carreira, os de nível superior entrou no nível 808, antes 810 e o nível técnico entrou com nível, 437,

antes era 438. E partir de 2021 é observado um achatamento do salário dos ingressantes, justamente no momento em que a empresa apresenta seus maiores lucros da história.

Os trabalhadores que vieram para Caxias, ainda sofreram mais um ataque. A empresa realizou um concurso nacional, ao contratar os trabalhadores, lotou todos no Rio de Janeiro, na UP. Então os trabalhadores que foram para unidades da Região Metropolitana do RJ, após o curso de formação, não receberam a Ajuda de Custo de Transferência (ACT), pois foram transferidos para a mesma região da lotação anterior. Mas a empresa desconsidera que deslocou trabalhadores de diversos estados do país, e que eles fazem sim, jus a receber esta ACT. O não recebimento da ACT, combinado com os baixos salários de entrada, colocaram vários trabalhadores em condições insustentáveis. É necessário colocar o Sindipetro Caxias a serviço da luta dos nossos novos companheiros!

▶ Correção dos níveis de entrada já!

▶ Retorno do Programa de Aceleração Junior já!

▶ Ajuda de Custo de Transferência para todos os trabalhadores de fora da Região Metropolitana do RJ!

PELO REGIME DE TURNO PARA OS TRABALHADORES DA MANUTENÇÃO

Os trabalhadores da manutenção da Reduc, estão há alguns meses numa mobilização para que seja implementado o turno para a manutenção. Os trabalhadores desenvolveram um trabalho bastante minucioso que foi apresentado à empresa que comprovaram, com números bastante qualificados, a via-

bilidade e os ganhos para a refinaria, com a implantação do turno.

Apesar de o estudo corroborar com a viabilidade e a importância de aplicação do turno para a manutenção, a empresa segue enrolando os trabalhadores. A luta está entrando um momento chave, que será necessário a intensificação da mobilização, uma das tarefas do CONDOC será debater essas formas de luta e como outros setores, como a operação, podem contribuir.

SUBNOTIFICAÇÃO DE ACIDENTES A SERVIÇO DO LUCRO

Já há um tempo a Petrobrás e a REDUC passa por uma epidemia de acidentes de trabalho, pois na sanha por cada vez mais lucro a empresa vem diminuindo a sua mão de obra (os novos concursos estão longe de reverter essa dinâmica), reduzindo investimento em prevenção e impondo condições de trabalho muito perigosas, e ainda não reconhece as doenças do trabalho e vários riscos químicos e físicos dos locais de trabalho. A lógica é simples: quanto mais produzir, com o menor gasto, maior é a taxa de lucro para os acionistas. Mas acontece que muitos acidentes, doenças do trabalho e riscos ocupacionais relacionados às atividades da empresa, prejudicam as especulações no mercado financeiro, pois é indicativo de possíveis passivos trabalhistas.

Olha a loucura: A empresa reduz os gastos para aumentar os lucros, só que acaba aumentando muito a quantidade de acidentes, que prejudica os lucros, então a solução mágica é subnotificar os acidentes. Nos últimos meses chegaram ao sindicato e à CIPA, vários acidentes que a empresa se negou a registrar. E ao subnotificar a situação só piora, pois não se tem uma

visão real do que está ocorrendo, o que dificulta ainda mais qualquer prevenção. Então, entramos num ciclo extremamente perigoso, que não sabemos onde vai parar.

▶ Chega de acidentes e sub-notificações!

▶ É necessário uma investigação séria e reconhecimento das doenças do trabalho.

▶ Recomposição do efetivo para os números anteriores ao O&M.

▶ Reconhecimento dos riscos ocupacionais (químicos, físicos, biológicos e radioativos) que os trabalhadores estão expostos.

PROJETO DE OPERAÇÃO DOS TANQUES DA REDUC PELA TRANSPETRO (SETRAE)

As refinarias da Petrobras estão implementando um projeto em que seus tanques de etanol e de petróleo cru, passam a ser operados pela Transpetro.

A princípio isso não teria problema nenhum, pois estamos falando de uma subsidiária da Petrobras, mas o problema é que as mudanças estão ocorrendo a revelia, sem nenhuma negociação com as entidades sindicais e nenhuma clareza para os trabalhadores (nem da Petrobras, nem da Transpetro).

As refinarias estão realizando grandes mudanças nos seus setores de transferências e estocagem, mas não existe sequer garantia de que as operações seguirão sendo realizadas pela Transpetro, pois são contratos de apenas 05 anos, sem garantia de renovação. Até então, nada impede que uma empresa privada assuma o contrato ao término do contrato com a Transpetro. Quando a Petrobrás quer, ela faz contratos de longo prazo, como é o caso do contrato de 20 anos com a NTS, na ocasião da sua privatização.

É necessário que o Sindipetro

Caxias, mobilize os trabalhadores da REDUC e da Transpetro para que as mudanças sejam às claras, com garantias de que tal operação não seja privatizada no futuro e que todos os trabalhadores envolvidos, tenham seus direitos garantidos.

COMBATER AS OPRESSÕES PARA UNIFICAR A CLASSE TRABALHADORA

A luta contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo é umas das principais tarefas da classe trabalhadora. E o movimento sindical é parte importante dessa luta, devendo estar sempre na defesa intransigente de todos os setores oprimidos na nossa classe, a partir das lutas cotidianas em cada base e defendendo suas reivindicações.

Nos últimos anos ficou mais evidente que o ódio da extrema-direita é direcionado especialmente aos setores oprimidos, desde ataques nas redes sociais, até o com o aumento do feminicídio, xenofobia, do racismo, da LGBTfobia, aumento dos casos de assédio moral e assédio sexual.

As mulheres são as mais afetadas pela crise capitalista. Quando há uma crise, os primeiros direitos a serem atacados são dos setores oprimidos, a exemplo do PL 1904/2024. A lei de igualdade salarial promulgada no ano passado pelo governo ainda não saiu do papel.

No último período a PETROBRAS implementou uma política de Diversidade, e um programa de combate a violência sexual no ambiente de trabalho. Se por um lado essas políticas são um avanço, por outro apresentam enormes limites. Um dos mais flagrantes é que não houve alteração na política de terceirização da empresa, que é uma das principais bases para o racismo, o machismo e assédio na empresa.

Para lutar contra as opressões precisamos manter nosso sindicato forte, combativo e independente da empresa e dos Governos. Para isso propomos:

▶ Organizar Secretaria de Combate às Opressões do sindicato, para organizar e fortalecer luta das Mulheres, Negras e Negros e LGB-TIAPN+ da categoria.

▶ Formação política tanto para os dirigentes sindicais e quanto para a categoria sobre a necessidade do combate as opressões sob uma perspectiva classista.

Algumas das pautas que defendemos para os ACT's.

▶ Participação das CIPAS nas investigações de assédio moral e assédio sexual

▶ Licença maternidade de 6 meses para todas (próprias e terceirizadas)

▶ Licença Paternidade de 4 meses

▶ Garantia de Parto Humanizado na AMS.

▶ Garantia de acompanhamento de dependentes em situação de adoecimento.

▶ Salas de amamentação em todas as unidades do Sistema Petrobras.

▶ Fim dos PEDs assassinos que adoecem e matam as aposentadas e aposentados. Petrobras pague sua dívida com a PETROS.

▶ Melhorias no PAE: celeridade e aumento da validade das autorizações para 12 meses.

PREPARAR A LUTA PRA RESOLVER AS PENDÊNCIAS DO ÚLTIMO ACT

Nosso último ACT deixou várias pendências, direitos que foram retirados nos últimos governos e que não foram resolvidos. Alguns foram jogados para GT's, que não avançarão sem luta. Outros nem jogados para

GT's foram, muitas lideranças sindicais estão dando por resolvidos, contando que os trabalhadores esqueçam os direitos que tiveram um dia.

- ▶ Fim do Banco de Horas.
- ▶ Fim da APS, que é a privatização do nosso plano de saúde.
- ▶ Fim do saldo AF.
- ▶ Fim dos Ped's assassinos, a Petrobrás precisa retirar dos lucros dos acionistas, os recursos para garantir uma vida digna aos trabalhadores que construíram a empresa.
- ▶ Ampliação do adicional de dutos a todos os trabalhadores do TECAM que fazem jus ao recebimento e melhoria das condições, nos moldes em que foi aprovada a proposta dos trabalhadores.

SEMINÁRIO PREPARA CÚPULA DOS POVOS PARA SE CONTRAPOR AO G-20

Cúpula pretende realizar debate crítico em todo o país sobre as políticas imperialistas no mundo

Movimentos populares e organizações sindicais realizaram o "Seminário Nacional de organização da Cúpula dos Povos frente ao G20". A atividade prepara o evento que acontecerá nos dias 16, 17 e 18, simultaneamente à realização da reunião do G20 - cúpula dos chefes de Estado e de Governo, que acontecerá em 18 e 19 de novembro de 2024 no Rio de Janeiro.

Realizado nesses últimos dias 9 e 10/05, participaram do seminário mais de 60 entidades e movimentos do país.

"Foi um espaço importante de unidade de ação contra o imperialismo e o G-20, para organizarmos a contraposição ao capitalismo organizando um debate crítico sobre os temas pertinentes à sociedade mundial. Queremos levar esse debate para as nossas bases", ressalta

o dirigente da Secretaria-Executiva Nacional da CSP-Conlutas Herbert Carlos, presente ao seminário com mais dois dirigentes da Central Rita de Souza e Julio Condaque.

A Cúpula dos Povos constará de debates e uma manifestação internacional no Rio de Janeiro, antecedidos por debates locais e ocorreu uma manifestação em 5 de junho, quando se reuniram na capital carioca ministros de Relações Exteriores dos países que compõem o grupo dos 20.

G20 E O CAPITALISMO

O G20 ou "Grupo dos Vinte" reúne os países com as maiores economias do mundo cujos Estados-membros se reúnem anualmente para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais.

O Brasil preside o G20 desde dezembro do ano passado, com mandato até novembro, quando acontecerá a Cúpula. Na presidência do grupo, o país definiu a pauta da reunião que tem como principais eixos: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; transição energética e enfrentamento às mudanças climáticas e reformas das instituições multilaterais (como a ONU, o FMI e o Banco Mundial).

"São pautas que sabemos que não apresentarão soluções efetivas porque se contrapõem ao sistema capitalista comandado pelos países que integram o G-20. É isso que queremos discutir com os trabalhadores e movimentos sociais, o fato de o capitalismo não ser a solução para os problemas enfrentados atualmente pelos trabalhadores e trabalhadoras no mundo", reforça Herbert. (publicado em: <https://cspconlutas.org.br/noticias/n/18440/seminario-preparacao-cupula-dos-povos-para-se-contrapor-a-g-20>)

Desde a realização do semi-

nário nacional, diversas entidades se incorporaram nas atividades e na preparação da Cúpula dos Povos. É muito importante que o Sindipetro Caxias se some a esta organização, contribua ativamente na construção deste movimento e mobilize a categoria petroleira para participar.

POR QUE NOS DENOMINAMOS PETROLEIROS SOCIALISTAS?

O desemprego estrutural, a miséria crescente para a classe trabalhadora de o todo mundo, as diversas guerras de agressão que ocorrem no mundo nesse momento, o genocídio contra o povo palestino, os ataques aos povos indígenas e quilombolas, as queimadas, o aquecimento global e o colapso ambiental, deixam bastante evidente a falência do capitalismo.

E, inclusive cada avanço tecnológico, ao invés de significar um avanço nas condições de vida de cada um, produção mais barata e em menos tempo de trabalho necessários, torna-se uma ameaça, uma ferramenta para maior exploração, maior produção com menos empregos.

O capitalismo fracassou e seus defensores ainda reconhecem isso, propondo melhorias, reformas e paliativos. Soluções mágicas que inclusive já foram testadas e fracassaram, em momentos em que talvez tivessem chance de mostrar um resultado aparente um pouco melhor.

Entendemos que só acabaremos com as mazelas do capitalismo a partir de uma revolução social, que altere totalmente essa lógica do lucro, e coloque as riquezas a serviço de quem as produz. Esta nova forma sociedade, chamamos de socialismo e lutamos por ela, por isso nos denominamos Petroleiros Socialistas. Junte-se a nós!

Contatos:

(21) 98006-7065 / (71)98153-1111 ■

TESE 3 | MOVIMENTO SINDICAL PETROLEIRO

MOVIMENTO SINDICAL PETROLEIRO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A crise cíclica do capitalismo avança mundo afora. E ao contrário que alguns trabalhadores iludidos com os investimentos no mercado de ações podem pensar o maior prejuízo não é a queda da rentabilidade dos seus “ativos”. As crises capitalistas são mais bem explicadas quando percebemos que o que de fato elas significam é a queda nas taxas de lucros das empresas dos grandes capitalistas ou de muitos grupos de capitalistas. Ou seja, seus negócios não estão mais gerando recursos para financiar sua vida de altíssimo padrão simbolizada por artigos de luxo inimagináveis pela maioria esmagadora da classe trabalhadora mundial e, ainda, para financiar novos ciclos de produção. E qual é a resposta a esses prejuízos?

A burguesia lança mão dos estados. Esses é quem devem arcar com os custos das crises capitalistas. E de onde os estados tirarão os recursos para financiar as quedas das taxas de lucro das empresas? Da classe trabalhadora, que será a mais severamente penalizada. A forma todos conhecemos. Redução de benefícios sociais, cortes no financiamento da estrutura pública como escolas, hospitais, saneamento básico, aumentos dos custos dos impostos que mais penalizam os trabalhadores. Quanto aos impostos cabe uma ressalva. Se de um lado o estado precisa deles para custear sua estrutura pública, e de fato precisa, por outro ele deveria ser arcado pelas empresas. Porém ele é nor-

malmente e integralmente passado aos trabalhadores. E nenhum estado capitalista está preocupado com isso. É a tal liberdade de mercado, livre concorrência, flutuação de preços, autorregulação do mercado e toda essa baboseira que lemos nos jornais há muitas décadas.

E como os capitalistas podem se assegurar de que os estados garantam seus interesses? Além das máquinas de propaganda ideológica (rádio, tv, igrejas), a burguesia financeira governantes, parlamentares e toda a casta do poder que lhe seja afável e solidária com o projeto de retomada dos lucros pelo mundo a fora. Nesse sentido todos os governos dos estados capitalistas em qualquer parte do globo estarão comprometidos em manter o capitalismo. Mesmo o trabalhista no Reino Unido, Macron com um congresso mais à esquerda ou o democrata Olaf Scholtz do SPD – partido que abandonou o marxismo já há mais de dois séculos –, todos eles e seus colegas dos demais países capitalistas estão completa e profundamente comprometidos com a manutenção e fortalecimento do capitalismo.

Porém a crise tem outra característica nefasta. O crescimento e fortalecimento da extrema direita. Com o abandono da esquerda mundial da via revolucionária também se esvai nos corações e mentes do proletariado a utopia. A hipótese da construção de uma sociedade qualitativamente superior e necessariamente diferente na atual é considerada inalcançável. Ou é o que quer

fazer crer - por ignorância ou má fé – boa parte da pretensa vanguarda dos trabalhadores.

E sem um ideal pelo qual lutar, os trabalhadores se largam no possível, no razoável, no factível. E esse é o terreno fértil das ideias fascistas. Se não há trabalho para todos e culpa são dos emigrantes. Expulsem-nos! Se a criminalidade é alta... pena de morte, prisão perpétua, castigos físicos, liberdade para polícia torturar, matar e prender indiscriminadamente. Direitos para os trabalhadores? Mas é por isso que não há empregos! Por que um “jovem” de 60 anos tem que se aposentar? Esse é o discurso da extrema direita que ilude os trabalhadores pelo mundo. Dessa lama fétida, dessa imundície, emergiram Marine Le Pen na França, Javier Milei da Argentina, Viktor Orban na Hungria, Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump e Joe Biden nos EUA e muitos outros mais.

O caso dos EUA nos leva a outra questão absurdamente ignorada por grande parte da esquerda mundial. O fato de o capitalismo estar na sua fase imperialista – na verdade já desde o final do século XIX. Assim as nações se organizam conforme relações de poder – bélico e econômico – nas quais o papel das nações centrais é o de determinar o que cabe ou não às demais nações fazerem. Essa é a razão da ‘primavera árabe’ no norte da África no começo desse século, que removeu governos não alinhados automaticamente aos interesses capitalistas centrais. E mais recentemente o apoio à Ucrânia do

fascistóide Zelensky contra a Rússia – também não alinhada aos interesses centrais das nações capitalistas dominantes. O apoio ao movimento reacionário da província de Taiwan contra a China, país socialista que coloca os interesses imperialistas do centro em risco. E o mais sanguinolento e atual genocídio promovido em Gaza pelo nazi-sionista Netanyahu. Somente para citar alguns breves exemplos.

Todos esses conflitos foram abertamente apoiados pelos governos de turno dos EUA. E a esquerda estúpida ignora o fato que os democratas Biden e Kamala Harris são os que mais promoveram esses conflitos. A visão deste partido é de que os EUA é a polícia do mundo. E sabemos muito bem qual o papel da polícia em qualquer país capitalista. Já está na letra da Internacional:

*“Crime de rico a lei o cobre
O Estado esmaga o oprimido
Não há direitos para o pobre
Ao rico tudo é permitido”*

O fascista depravado Donald Trump não tem e não terá nenhum escrúpulo quando defender e aprovar medidas contra a classe trabalhadora estadunidense. Mas é preciso que se diga que ele e seu partido ultraconservador defendam uma linha muito menos intervencionista no mundo. Trump já afirmou que não dará mais dinheiro à Ucrânia, a Israel e à OTAN. Logo, uma esquerda que queira de fato estar ao lado dos trabalhadores tem que fazer a análise concreta da realidade concreta. E não fazer proselitismo barato com homense mulheres com as mãos encardidas do sangue de trabalhadores!

CONJUNTURA NACIONAL

A ameaça do retorno de Bolso-

naro e de sua horda dos seres mais abjetos de corte fascista parece que ainda não conseguiu demover Lula de sua passividade. Bolsonaristas raiz e de momento surgem aos milhares pelo país a fora. As campanhas eleitorais municipais desse ano já apontam um crescimento avassalador de candidaturas fascistóides. Bolsonaro corre o país livremente sem se preocupar com sua longa lista de crimes cometidos antes e durante seu último mandato presidencial. A Polícia Federal já apresentou evidências suficientes para que convencesse PGR recomendar o trancafiamento do facínora. Não nos esqueçamos de que a PGR é de gestão direta do governo federal.

O fato é que Lula está mais disposto a se colocar como o salvador do capitalismo no Brasil. Garantir que os bancos voltem a lucrar “como nunca se viu nesse país”. Patrocinar uma reforma tributária que alivie os “altos custos” do empresariado nacional. Mesmo que os assessores profissionais e amadores do governo se esforcem em dizer aos trabalhadores que o governo está do lado dos mais desfavorecidos, que as medidas tomadas são todas elas para os benefícios dos trabalhadores, a realidade sobrevém ao discurso.

As privatizações ocorridas não foram revertidas, para alegria dos investidores. Mesmo aquelas que tiveram seu processo de venda cancelado foram muito mais em função da falta de interesse de grupos capitalistas do que por decisões políticas. A reforma trabalhista não teve uma linha revertida. Compromisso do governo... com os empresários! O mesmo se deu com a reforma previdenciária. E já está a caminho uma revisão dos benefícios do INSS. Alguém pode acreditar que não haverá cortes de benefícios aos

trabalhadores?

Um dos principais argumentos usados é o de que o Congresso Nacional está na mão na extrema direita. O que é verdade. A atual legislatura é a mais conservadora desde o período da ditadura militar. Esse recorde vem sendo quebrado há pelo menos três eleições gerais. Câmara e senado estão nas mãos do que há de pior da sociedade capitalista brasileira. Pastores que exploram a fé e os poucos recursos dos mais humildes. Militares de todas as armas e patentes assassinos, torturadores e defensores de um estado de anomia onde quem atira mais rápido é a lei. Empresários desqualificados ainda lastimando o fim da escravidão. E toda a sorte de gente desta estirpe ou pior.

Mas qual a saída que o governo tem optado frente a essa realidade? Exortar os trabalhadores para resistir e lutar pelos seus direitos? Denunciar os responsáveis pela situação de miséria à qual são submetidos os brasileiros? Não. Arthur Lira, o desprezível presidente da Câmara dos Deputados tem livre acesso ao governo e é tratado com deferência. Nos eventos públicos, como recentemente em Minas Gerais ou em São Paulo, Lula estranha e lamenta a ausência de seus detratores fascistas, Romeu Zema e Tarsício de Freitas respectivamente.

O caminho é uma classe trabalhadora livre das ilusões do estado democrático. Rumando aos seus objetivos classistas. A independência dos trabalhadores frente seus patrões e seus asseclas é a única solução. É através das mobilizações de trabalhadores e das greves que os trabalhadores poderão garantir e ampliar seus direitos.

PETROLEIROS NACIONAL

A esperada – por alguns – uni-

ficção entre as duas federações de petroleiros, FUP e FNP, por enquanto não passa de um devaneio idílico. De fato, qualquer categoria de trabalhadores será mais forte quanto mais fortes forem suas organizações de classe. Em especial uma categoria como a nossa tem um potencial magnífico. Trabalhadores na maior empresa da América Latina e que laboram com uma das principais commodities do mundo. Somos dezenas de milhares de trabalhadores e contando com os companheiros terceirizados passamos de 300 mil. Logo, uma unificação de todo esse potencial proletário seria extraordinário!

Porém a realidade vai muito além de palavras. Uma unificação deve ser fruto de uma luta comprometida e centralizada nos interesses da nossa categoria. Não se pode admitir a imposição de interesses oportunistas, alheios à luta dos trabalhadores, por parte de correntes políticas hegemônicas nas direções sindicais. Essa ação é deletéria para a entidade e para os interesses reais dos trabalhadores e deve ser combatida.

Um das centrais – a FUP – está atrelada até o pescoço com o governo da vez, nosso patrão, o que jamais devemos esquecer. E mesmo quando o PT esteve fora do governo federal as ações dessa federação geralmente visavam e ainda objetivavam eleitoreiros. Os interesses concretos da categoria só teriam função se estivessem alinhados ao objetivo maior: manter o governo de Lula/PT. Essa constatação pode parecer dura. Principalmente para aqueles que honestamente acreditem que um governo de Lula possa amenizar o sofrimento da classe trabalhadora. No entanto é crucial que saibamos que nossa categoria trabalha diu-

turnamente colocando sua saúde e vida em risco para uma empresa de capital misto. Ou seja, estamos todos nós colocando os melhores anos de nossas vidas para garantir as altas taxas de lucro da empresa e os rendimentos dos acionistas e especuladores. Nada disso está e nunca esteve em questionamento por nenhum governo de um estado capitalista como o Brasil. Assim a independência que os trabalhadores precisam exigir em relação a quaisquer governos é fundamental para qualquer luta de nossa ou de qualquer categoria de trabalhadores.

Já a FNP tem outras adversidades. A sua maior qualidade pode ser o seu maior problema. O fato de não haver um grupo político único a mandar e desmandar em suas ações leva a uma enorme dificuldade de avanço nas pautas dos trabalhadores. Um contratempo que pode ser superado desde que se haja com o rigor da diferenciação entre partidos e sindicatos.

PARTIDO X SINDICATO

Há uma diferença clara entre o que é um partido político e o que é um sindicato de trabalhadores. O primeiro visa organizar toda a classe trabalhadora rumo aos seus objetivos estratégicos de longo prazo, assim como suas táticas de ação. Partidos são destacamentos avançados e indispensáveis do proletariado. O partido revolucionário, se quiser se colocar como vanguarda do proletariado, deve agir de forma rigorosamente centralizada. Ou seja, as decisões, tomadas e discutidas internamente, devem ser levadas a efeito sem vacilações por seus membros.

Já um sindicato se encontra em um nível diferenciado. Visando organizar os interesses imediatos de uma categoria de trabalhadores, ou

mesmo de toda a classe, o sindicato comporta os objetivos de curto e médio prazo desses trabalhadores. Nos sindicatos necessariamente estarão contidas as diversas forças políticas presentes no seio do proletariado com suas diversas linhas programáticas.

E são as disputas estranhas ao interesse dos petroleiros que obstaculizam as lutas que de fato nossa categoria anseia. Sejam disputas pela defesa, ora disfarçada ora explícita, do governo federal. Sejam disputas por qual partido se arroga a “verdadeira vanguarda” não só da nossa categoria como de toda a classe trabalhadora brasileira, talvez mundial.

Enquanto não se superam esses entulhos antiproletários de nossas direções sindicais não conseguiremos avançar nas pautas com as quais nossa categoria de fato está preocupada, como a reincorporação das refinarias e unidades vendidas, um plano de carreira unificado avançando além do PCAC e do PCR, o fim dos famigerados PED que sangram os trabalhadores aposentados, a melhoria de fato do plano de saúde, fim de toda forma de perseguição e assédio contra os trabalhadores, um ambiente de trabalho efetivamente seguro.

REDUC

A Refinaria de Duque de Caxias é um ambiente perigoso e insalubre. Todos os trabalhadores precisam ter consciência disso. Por isso há um alto número de acidentes – se é que seja razoável qualquer quantidade de acidentes em uma unidade de uma empresa como a Petrobras.

Acidentes são subnotificados. CAT de acidentes não são emitidas ou descaracterizadas. Acidentes com trabalhadores feridos e em tra-

tamento são notificados como sem afastamento. Trabalhadores feridos são convencidos a permanecerem na refinaria mesmo enfaixados. A responsabilização das vítimas é o lado mais cruel e eficaz da agressão aos nossos direitos. Cria um falso ambiente de segurança. Temendo a responsabilização pelos acidentes, os trabalhadores acabam não notificando as ocorrências. As métricas e os acionistas da empresa agradecem. Já nós trabalhadores pagamos com nossa saúde ou com a vida.

Os treinamentos de segurança são realizados contando para o número mínimo de setores. Um problema que ainda não encontrou uma solução. E não haverá. Para a refinaria o melhor é que o operador realize os cursos sem o pagamento de horas-extras, seja para o próprio, seja para quem o cobrirá.

Em diversas unidades da refinaria há as famigeradas dobras de 24h ou mais devido a falta de efetivo. Alguns trabalhadores podem até se sentirem beneficiados pelo aumento da remuneração no mês seguinte. Porém se esquecem dos riscos à saúde e mesmo à segurança. Uma vez que é impossível um trabalhador ter a devida atenção aos parâmetros de segurança das unidades operacionais após uma jornada tão longa. Uma alternativa usada em outras unidades é o trabalho abaixo do efetivo mínimo. O que coloca a operação em risco de segurança, além de sobrecarregar os demais trabalhadores do mesmo setor.

E para suprir a escassez de trabalhadores em horário administrativo os operadores são “convencidos” a trabalharem meses deslocados do horário de turno. Essa condição leva ao descontentamento e assédio àqueles que não admitem esse desvio de horário. Para as gerências da

refinaria isso não é um problema já que dá resposta ao fraudulento OeM, que reduziu os números mínimos de segurança das unidades e criou a excrecência do operador de manutenção. Ao invés de contratar mais trabalhadores a Reduc optou por se valer do assédio moral para suprir essa demanda.

Para condições de trabalho adequadas precisamos de uma direção sindical efetivamente comprometida com os trabalhadores. À vanguarda cabe a obrigação de estar ao lado da categoria. Consciência de classe é fundamental para qualquer sindicalista. A relação entre patrões e as lideranças de classe dos trabalhadores exige um necessário afastamento, pelo antagonismo estrutural entre trabalhadores e patrões. A percepção de que o que beneficia a classe dos exploradores prejudica os explorados é pedra fundamental de qualquer ação sindical. Recuperar um sindicalismo classista é tarefa urgente. Essa é a missão inadiável dos trabalhadores na Reduc!

► **Por federações e sindicatos independentes!**

► **A unificação das centrais deve ser feita na luta!**

► **Fim dos PED!**

► **Um novo, único e melhor plano salarial!**

► **Por um ambiente de trabalho seguro e sem assédio!**

Os trabalhadores subscritos apoiam essa tese:

Andre Pinheiro Aguiar de Arruda TE/ML REDUC

Carlos Fernando Viana REDUC SMS-SO

Cláudio Baroni Vasconcellos aposentado REDUC

Cleber Fabiano da Silva Magalhães

TE/ML REDUC

Daniel Marmorì Gonzalez TE/ML REDUC

Edson Luiz Bastos Goncalves TE/ML REDUC

Fernando Vieira da Silva aposentado REDUC

Francisco Ricardo Pereira da Silva REDUC/OPC/HDT

Gunther Sacic aposentado REDUC

Iderjane Cavalcante Montalvão Mello TE/ML REDUC

Marcelo Figueiredo da Silva - REDUC SMS-SO

Marcos Mendonça do Lago aposentado REDUC

Mizael de Souza Rocha PL II REDUC

Philippe Thiago Silveira Peçanha TE/ML REDUC

Roberto Gomes Marques TE/ML REDUC

Rodrigo Cavalheiro São Sabbas - REDUC/OPC/DRT

Thiago Soares Martins André TE/ML REDUC

Tiago Nicolini Lima - diretor do Sindipetro LP / FNP

Wellington Gomes de Lima TE/ML REDUC

PROPOSTAS DA CATEGORIA

Propostas recebidas pelo Sindipetro Caxias através do formulário e email até o dia 31/07/2024

ENVIE SUA CONTRIBUIÇÃO

www.sindipetrocaxias.org.br/propostas | conduc@sindipetrocaxias.org.br

PROPOSTA 1

ENVIADA EM 08/07/2024

Eu gostaria de sugerir a pauta da aposentadoria especial.

Pauta essa que passa pelo reconhecimento dos agentes químicos responsáveis pela concessão da aposentadoria especial.

Já temos, ao menos por enquanto, reconhecido o ruído acima dos limites.

Gostaria de colocar em pauta então o reconhecimento dos hidrocarbonetos e também do benzeno, ambos agentes que degradam a saúde do trabalhador e ensejam a aposentadoria especial.

PROPOSTA 2

ENVIADA EM 10/07/2024

Vedação de concessão de mais de um nível por ano, excluindo-se quando da promo o de categoria, tendo em vista que essas requerem mais de um nível para ocorrer.

PROPOSTA 3

ENVIADO EM 18/07/2024

Plano de acelera o de carreira pros empregados que

permaneceram no PCAC. E acelerar os qu  já tem mais de 10 anos de experiência de Técnico de Opera o Pleno para S nior, como consta no Plano PCAC

PROPOSTA 4

ENVIADA EM 19/07/2024

O GD   muitas vezes utilizado como ferramenta de puni o. A política do RH de filtrar promo o pelas últimas 3 avalia oes como sendo acima de 3   lesivo para os empregados e para a própria empresa, pois impede aqueles que possam ter sido punidos injustamente de poderem ter mais oportunidades de fazer a empresa crescer. Assim, sugiro que a métrica seja a mediana, ou seja, ordenar as três últimas avalia oes e tomar o número central como critério. Mesmo que em algum ano a pessoa tenha uma avalia o péssima, o gestor não terá mais como usar o GD como instrumento de a oite.

PROPOSTA 5

ENVIADA EM 19/07/2024

A empresa   construída pelo esforço de cada empregado. Portanto, conceder mais de um nível por ano   ruim para os empregados e ruim para a empresa. Por

isso sugiro a veda o da concessão de mais de um nível por ano.

PROPOSTA 6

ENVIADA EM 19/07/2024

Criar uma agenda de mobiliza oes pelo novo plano de cargos, tentando pautar o assunto nacionalmente nas duas federa oes.

PROPOSTA 7

ENVIADA EM 22/07/2024

O risco benzeno não está sendo colocado nos PPP dos técnicos em manuten o e de opera o do TECAM.

PROPOSTA 8

ENVIADA EM 22/07/2024

Adequa o do CBO de todos os técnicos da transpetro. Por exemplo, eu entrei como técnico em automa o, mas fui cadastrado no CBO de técnico em mecânica. Reclamei e eles mudaram para técnico em eletr nica, quer dizer, continua errado e esse problema está ocorrendo em todos os cargos da empresa facilmente

identificável no e-social.

PROPOSTA 9 **ENVIADA EM 23/07/2024**

Microônibus pro turno com banheiro e três fileiras de poltrona, usando as mesmas de ônibus grande, para melhorar o conforto após o turno de 12 horas

PROPOSTA 10 **ENVIADA EM 23/07/2024**

Revisão do texto da RMNR, com apresentação da fórmula de cálculo enquadrando com o reinvidicado judicialmente.

PROPOSTA 11 **ENVIADA EM 25/07/2024**

1 - Avaliação e aprovação de uma Resolução, no Congresso Local e na Plenafup, de uma Agenda Nacional com o Companheiro e Presidente LULA,

. para uma rodada de apresentação do. "... Projeto da Rede Nacional dos Institutos Federais de Especialização Profissional do Nível Médio e Superior associados as Cadeias Produtivas de Petróleo, Gás, Energias Renováveis e Transição Energética..." Autor CESÁRIO.

2 - Considerando que este Projeto foi encaminhado ao Ministro da Educação e ao Presidente LULA, através do Requerimento e Indicação INC nº 1069/2024, do Poder Legislativo Câmara dos Deputados Federais. Convidaremos, o Companheiro e Deputado Federal Jilmar Tatto PT SP, Secre-

tário Nacional de Comunicação do PT, para estar presente nesta Agenda, que é de interesse da Sociedade Brasileira e das Nações Amigas e o BRICS.

Confiante, que é possível, com o apóio da nossa Categoria e Lideranças Políticas Solidarias a nossa causa. Consolidar este Projeto Pioneiro no Brasil. Com possibilidade real, de contribuir com a Classe Trabalhadora, o Sistema Petrobras, a PETROS e para que a Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás, Energias Renováveis e a Transição Energética, sejam competitivos a nível Nacional e Internacional.

Agradeço, aos Dirigentes Sindicais e Delegados (as), desejando um excelente Congresso e Plenafup.

PROPOSTA 12 **ENVIADA EM 24/07/2024**

Acampamento com vigília de frente à décima oitava vara onde tramitação a ACP.

PROPOSTA 13 **ENVIADA EM 24/07/2024**

Sobre PDV. A possibilidade de incluir outros petroleiros na mesma condição dos inscritos que tinha limite é foi entendido.

PROPOSTA 14 **ENVIADA EM 24/07/2024**

Discutir o retorno do APTT no moldes originais com ajuda de custo mensal.

Discutir o retorno do Programa Jovem Universitário para filhos de empregados

PROPOSTA 15 **ENVIADA EM 24/07/2024**

Que seja elaborado um plano de ação da CIPA, onde conste, evento(problema ou desvio), impacto e consequências, oque fazer, quem vai fazer (responsáveis), quando irá fazer (prazo), justificativa (no caso de não cumprimento do prazo).\r\nO cumprimento do plano deverá fazer parte das metas individuais do gerente geral da unidade, impactando em até cinquenta por cento da sua nota.\r\nNão cumprimento é a não mobilização na solução dos desvios que impactam em saúde, higiene ocupacional e meio ambiente.

PROPOSTA 16 **ENVIADA EM 24/07/2024**

União total das Federações dos Petroleiros com Proposta de acordo Nacional com Pauta unificada.

PROPOSTA 17 **ENVIADA EM 24/07/2024**

Quero ser o representante do SINDIPETRO CAXIAS junto a comissão de Anistia do ACT 2023/2025

PROPOSTA 18 **ENVIADA EM 25/07/2024**

a. Ampliar a pauta sindical a causas dos opimidos, temas gerais, serviços públicos, privatizações estaduais e federal. NR. ABNT, etc

PROPOSTA 19

ENVIADA EM 25/07/2024

1. Devemos ter propostas para o teletrabalho como aditamento ao ACT em vigor;

2. Temos que aprofundar o conhecimento sobre I.A e regulamentar no ACT, pois a alta gestão está muito apressada;

3. Precisamos debater as robotizações na terra e no mar e definir regras no ACT;

4. Precisamos reconquistar o SEQUI - Serviço de Qualificação Industrial e o Q de qualidade no organograma da empresa de ponta a ponta e as certificações ISO e OHAS;

5. Precisamos apoiar e debater as eleições municipais, debates, publicações, ir para ruas, precisamos exterminar os nazistas;

6. Aumentar a representação dos trabalhadores no C.A com participação inclusive nos temas trabalhistas;

7. Aumentar a representação dos trabalhadores na Petros e fim dos PEDs;

8. Todos os técnicos industriais e demais podendo concorrer ao CA, Petros, cargos gerenciais, consultoria, chega de preconceito;

9. Integrar todos os sites da Petrobras e subsidiárias, todos com acesso a tudo;

10. Iniciar propostas de estatuto de uma Única Federação;

11. Nos próximos ACTs con-

tarmos com a participação dos sindicatos de profissões liberais em mesa única

12. Ouvidoria de verdade, com atribuições para punir gestores e infelizmente laterais que cometam assédio sexual, moral, violência psicológica, o mesmo para discriminação com a comunidade LGBTQIA+, por fim na lei anti-gravitacional de gerente cair para o lado ou ser promovido;

13. Expurgar dos cargos gerenciais de todos os níveis nazistas de carteirinha;

14. Campanha de Sindicalização Permanente nas bases;

15; Implantar formação política no sindicato para toda categoria inclusive para diretores; e,

16. Debater se a categoria indica ou nomes para compor cargos na gestão da empresa.

PROPOSTA 20

ENVIADA EM 25/07/2024

O RH deve proceder o período e pós retorno do diretor sindical licenciado, conselheiro de conselho profissional, ocupante cargo eletivo do executivo ou legislativo, cedido a órgão público a suas atividades laborativas na Petrobrás e nas subsidiárias, o retorno é sofrível e ainda acumulado com assédio moral.

PROPOSTA 21

ENVIADA EM 25/07/2024

a. Ampliar a pauta sindical a causas dos opimidos, temas gerais, serviços públicos, privatizações estaduais e federal. NR. ABNT, etc

PROPOSTA 22

26/07/2024

Sobre PDV. A possibilidade de incluir outros petroleiros na mesma condição dos inscritos que tinha limite é foi entendido.

PROPOSTA 23

ENVIADA EM 26/07/2024

Proposta de regulamentar o retorno de dirigentes sindicais após término de mandato pois qq motivos, profissionais cedidos a órgãos de governo, mandato eletivo, mandato em conselhos profissionais, pois o retorno é um inferno!

PROPOSTA 24

ENVIADA EM 26/07/2024

O PDV. O limite que tinha e que foi estendido e sem poder incluir os outros petroleiros que têm condição de entrar nas mesmas condições.

PROPOSTA 25

ENVIADA EM 30/07/2024

Criação de um plano de reconhecimento e valorização da função de Fiscal Administrativo. A função de Fiscal Administrativo, na grande partes das situações, na prática trata-se de desvio de função original. Como preposto da Petrobras, representa a empresa em ações judiciais, nas quais, cabendo condenação subsidiária à Petrobras, só existem dois enquadramentos possíveis: culpa in vigilando e culpa in elegendo. A

primeira exclusiva à fiscalização e, a segunda, relativa à licitação. Gerentes de contrato e do setor contratante não respondem ou são responsabilizados. À sobrecarga de responsabilidades administrativas para o desempenho de uma função para a qual somos desviados e mal preparados somam-se o assédio das contratadas, sindicatos e da própria gerência, que deseja extrapolar as limitações de um contrato com escopo reduzido ou mal elaborado, ou limitar a atuação do fiscal dentro de suas atribuições. Isso tem comprometido carreiras e a saúde mental de petroleiros que desempenham esta função, sem qualquer contrapartida da Petrobras: avanço de nível, promoção ou gratificação. Com a crescente terceirização e efetivo próprio reduzido, esse é um dos maiores problemas que atinge os petroleiros atualmente.

PROPOSTA 26

ENVIADA EM 30/07/2024

Prezados,

Tenho 40 anos de Petrobras, 36 dos quais trabalhados na Reduc. Trabalhei na operação, na manutenção, no SMS, na inspeção de equipamentos, na engenharia de novos empreendimentos e na confiabilidade.

As nossas federações e sindicatos têm como bandeira de campanha a reposição de pessoal. Compreendo que entendem que através dessa reposição melhorarão as condições de trabalho e reduzirão os acidentes. De fato a empresa pecou, ao longo dos anos, em implementar diversas

práticas de gestão, sem avaliar, em contrapartida, se haveria recursos humanos para absorverem as novas atividades. Diante disso, hoje predomina a cobrança no cumprimento dessas práticas, a revelia da qualidade que seria necessária para obter o esperado resultado. Assoberbadas de tarefas, as equipes emitem os documentos (PT, ARO, RTA, GM, etc) na base do copiar e colar, sem investir o tempo necessário para discussão e análise dos riscos que se pretende mitigar. E isso ocorre porque as equipes estão limitadas tanto quantitativa quanto qualitativamente. O GAP de capacitação nas diversas áreas é muito grande atualmente. Todavia, pleitear uma reposição de pessoal é resolver o problema em parte, pois o problema da capacitação não é estático. Ele evolui e se modifica no tempo. Por isso, muito mais efetivo seria pleitear uma estruturação de profissionais de RH com participação em todas as gerências (operação, manutenção, engenharia, inspeção, SMS, etc) para fazer uma gestão efetiva dos recursos humanos, avaliando, caso a caso, qual o quantitativo e a formação necessária a esses profissionais, dando suporte a cada gerente setorial, e buscando na organização os recursos para tratar das pendências existentes. Seria portanto um tratamento permanente para a dinâmica que envolve a saída, a entrada e a relocação de pessoas. Vejo que a empresa precisa estruturar uma gestão de RH que permeie em todos os níveis da organização, assim como fez com o SMS no início do século XXI. Obviamente ela precisará contratar uma equipe de consultores para implementar essa gestão, assim

como em 2003 ela contratou a Dupont para implementar a gestão de SMS em todos os níveis da corporação. Essa consultoria externa terá que trabalhar no modelo do sistema da Qualidade, redesenhando os processos de trabalho, mapeando as interfaces entre as diferentes atividades, dimensionando os quantitativos de pessoal e determinando a qualificação necessária para cada atividade. O Sistema de Gestão de Segurança Operacional SGSO da ANP, que estabelece requisitos para a operação de refinarias, tem uma diretriz explícita sobre capacitação de pessoas que exige da empresa o dimensionamento quantitativo e a determinação da capacitação das pessoas para todas as atividades. Isso de fato não é cumprido. Não há técnica, nem metodologia, nem análise de tarefas nos atuais dimensionamentos das equipes de trabalho. É isso que é grave. Se de fato a empresa contratasse equipes de auditores, formados em técnicas de métodos e processos do trabalho, para implementar uma gestão integrada de Recursos Humanos, com atuação em todas as gerências, teríamos identificadas e tratadas todas as lacunas, seja de quantitativo como de qualificação de pessoal, e uma vez solucionadas essas lacunas, obteríamos, sem dúvida, uma sustentável barreira contra os acidentes. Que a nossa bandeira de luta seja portanto: Estabelecer uma estrutura funcional de RH com consultores contratados para mapearem nossas atividades e avaliarem os necessários quantitativos e qualificações, em atendimento ao que é prescrito no SGSO da ANP e para implementarem uma gestão integrada e

efetiva de Recursos Humanos em todos os níveis da organização.

PROPOSTA 27

ENVIADA EM 31/07/2024

Concessão de nível por mérito deverá ser posterior à concessão de nível por antiguidade, podendo assim ser cumulativo. E que a empresa volte a adotar as nomenclaturas para cada tipo de nível pois hoje o avanço de nível por mérito está pra todas as situações.

PROPOSTA 28

ENVIADA EM 31/07/2024

Retorno do Programa Universitário para dependentes e extensão para os funcionários próprios.

PROPOSTA 29

ENVIADA EM 01/08/2024

Judicialização ou terceirização da luta

Ao longo da sua história o movimento sindical sempre se empenhou em obter ganhos e melhorias para as classes e categorias de trabalhadores. A luta por direitos e melhorias sempre se deu no âmbito da correlação de forças, onde os trabalhadores precisaram demonstrar motivação, empenho e disposição de luta (luta essa estabelecida com assembleias e com mesa de negociação junto a empresa). As mobilizações demonstram essa disposição de luta, e podem inclinar as empresas a negociarem propostas. O mais radical e forte instrumento de luta é o movimento paredista,

que mesmo tendo a empresa equipes de contingência, geram grande desgaste a gestão e para a imagem pública da empresa.

No nosso caso, uma empresa estatal, a luta sindical tem grandes impactos políticos, pois o governo é o principal acionista e, no caso, o patrão.

Toda luta gera desgaste, não é fácil, não é divertido, mas muitas vezes é necessário e a melhor forma de se conquistar direitos e melhorias.

A judicialização no âmbito trabalhista é a movimentação de ações contra a empresa quando esta fazendo algo que contraria a lei. É um pedido de intermediação de um juiz para que se obrigue as empresas a cumprirem a lei.

Temos necessidade de ações porque leis podem ter divergentes interpretações, algumas até meio absurdas mas convenientes aos empregadores, alegações são então apresentadas pelas partes e um juiz decidirá a contenda.

Quando uma empresa descumpre o acordo coletivo, ou faz interpretação espúria da lei, trazendo prejuízo aos seus empregados, existem de fato dois caminhos, agendar uma mesa de negociação, o que exige mobilizações e desgastes da categoria, ou a simples judicialização.

Historicamente empresas estatais levam todas as questões judicializadas até a última instância, ou seja, a "luta judicial" leva em média dez anos para um resultado.

Agora temos dois caminhos para as questões entre empresas e empregados. A negociação direta com luta ou a judicialização.

Conforme demonstrado a judicialização não gera desgastes com a categoria, mas expectativas com

ela. A negociação direta sempre trás desgastes a categoria.

Quando caminho é o mais acertado?

Tudo o que fere a lei cabe judicialização e deve ser questionado judicialmente. No entanto, sendo questão trabalhista ou descumprimento de acordo coletivo, deve ser sempre questionado em mesa com as empresas.

Se é algo muito desgastante e que gera descontentamento a categoria, deve ser iniciada a mesa de imediato. Se é algo que possa aguardar oportunidade do dissídio, que seja incluído na pauta.

O que temos observado é que a categoria aposta na judicialização e não faz a luta sobre os temas judicializados. Isso seria uma terceirização da luta!

Percebemos também que o trabalhador percebe que a perda de uma judicialização é a perda de um direito, como se não pudesse mais questionar em mesa.

A judicialização é um movimento acertado, mas contar exclusivamente com ele para resolver nossas contendas é um erro! Vemos que juízes podem e julgam segundo suas convicções, ao arrepio da lei!

Vimos questões absurdas, como a da RMNR, serem julgadas improcedentes para os questionadores (nós).

Porquê em 17 anos jamais questionamos a empresa nas mesas dos dissídios? Porquê não buscamos algum acordo ou mudança favorável no ACT?

Porquê terceirizamos nossa luta. Nos poupando desgastes, mas decepcionando o trabalhador.

E por último questionamento, porque o tema não pode ser tratado em mesa, agora, depois de per-

dermos de forma espúria no STF? O STF tendo acatado o recurso da empresa não tornou justo o cálculo que ela faz. As perdas que temos todos os meses não se tornam justas e corretas porque o STF assim definiu.

Podemos e devemos buscar as mudanças do ACT que enquadrem o cálculo correto de nossos adicionais. Temos de levar essa pauta as federações para que seja defendida no próximo dissídio. Precisamos mobilizar nossa categoria para demonstrar disposição de luta.

E por final, temos de sempre questionar em mesa, mesmo os temas judicializadas, priorizando a mesa como solução de todas as nossas contendas com a empresa.

PROPOSTA 30

ENVIADA EM 02/08/2024

Os trabalhadores mais experientes e na melhor idade estão sendo preteridos na promoção e avanço de nível, em consultorias, gerência e para atuar como professores na UP, criar cotas ou regradar obrigatoriedade.

PROPOSTA 31

ENVIADA EM 02/08/2024

Propor ao governo federal e estadual a oferta de cursos pós técnico ou seja especialização do técnico industrial, exemplo já formado técnico industrial em edificações retorna e se especializa em drenagem urbana e ou rural, técnico industrial em mecânica faz especialização em dinâmicos da indústria do petróleo, ...

PROPOSTA 32

ENVIADA EM 02/08/2024

Curso para Cipeiros promovido pelo sindicato do ponto de vista dos trabalhadores. ■

NÃO FIQUE SÓ. FIQUE **SÓCIO!**

Sindicalize-se e fortaleça sua própria causa.

**Agora você
pode fazer a sua
sindicalização online!
É RÁPIDO E PRÁTICO.**



**ACESSE O NOVO SITE DO SINDIPETRO CAXIAS
E ASSOCIE-SE!**

www.sindipetrocaxias.org.br

CONFIRA ALGUNS DOS BENEFÍCIOS DO ASSOCIADO:



**Assistência
Jurídica
Profissional**



**Acesso à
Reserva
Ambiental de
Tinguá**



**Assistência
Social para
benefícios
e direitos**



**Poder de
decisão sobre
os rumos da
categoria**

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias - Rua José de Alvarenga, 553 - CEP: 25.020-140 - Centro - Duque de Caxias/RJ
Telefones: **Secretaria** (21) 99439-9198 / **Jurídico** (21) 99439-2680 / **Aposentados** (21) 98318-1809 / **Comunicação** (21) 99663-9953.

As informações veiculadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindicato | Site: www.sindipetrocaxias.org.br
E-mail: imprensa@sindipetrocaxias.org.br - Jornalista: Yanny Chrystyan - Diagramador: Vicente Saraiva - Impressão: RA Mandula